



ACÓRDÃO Nº1299/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11442/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Cultura – SEC
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Marlene Oliva Veloso (Ordenador de Despesa) e Roberio dos Santos Pereira Braga (Gestor).
- 6- **Advogado:** Jessica Lais Rondon Pirangy - OAB/AM 10452
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2311/2017-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura - SEC. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra.Marlene Oliva Veloso**, Ordenadora de Despesas, responsável pela Secretaria Estadual de Cultura, exercício 2015, nos termos do art. 22, II, e art. 24, ambos da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** ao **DERED** que efetue os procedimentos previstos na Resolução nº 3/2011 - TCE, observando o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.3. **Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE - AM:
 - 10.3.1. a adoção de um planejamento antes de qualquer aditivo ratificador dos contratos de gestão, levando-se em consideração a média de frequência de anos passados, para que haja a observância dos princípios do planejamento, eficiência e economicidade;
 - 10.3.2. a criação de uma comissão de avaliação composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, em



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1299/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

conformidade com o que preceitua a Lei Nacional 9.637/1998, art. 8º, parágrafos 2º e 3º, para que esta análise os resultados atingidos com a execução dos referidos contratos de gestão;

10.3.3. a adoção de estudos técnicos no sentido de retratar qual o melhor benefício, se locação ou aquisição própria de veículo, em respeito aos princípios do planejamento, da eficiência e de legalidade;

10.3.4. por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

Vencida a proposta de voto do Conselheiro-Relator pela irregularidade das contas, com aplicação de multa aos gestores.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Dezembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral